



ITBC: UMA PROPOSTA DE AVALIAÇÃO DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA NO BRASIL

ITBC: a proposal for the evaluation of community-based tourism in Brazil

João Paulo da Silva

Universidade Federal de Pernambuco

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0551-3983>

E-mail: turismo.joao@gmail.com

Cristina Pereira de Araujo

Universidade Federal de Pernambuco

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9986-5394>

E-mail: cristina.pereira@ufpe.br

Trabalho enviado em 12 de julho de 2022 e aceito em 17 de abril de 2022



This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0 International License.



Rev. Dir. Cid., Rio de Janeiro, Vol. 16, N.01., 2024, p. 107-143.

João Paulo da Silva e Cristina Pereira de Araujo

DOI: [10.12957/rdc.2024.69124](https://doi.org/10.12957/rdc.2024.69124) | ISSN 2317-7721

RESUMO

Esse artigo tem como objetivo principal estruturar o Índice do Turismo de Base Comunitária no Brasil, aqui denominado de ITBC, a fim de contribuir para mensurar a efetividade desta modalidade de turismo e apontar caminhos que fortaleçam as iniciativas/projetos implementados nas comunidades tradicionais do país. Para subsidiar sua estruturação, foram mapeadas e estudadas as 50 experiências pioneiras, que se organizaram por meio dos recursos financeiros de chamamento público realizado em 2008 pelo Ministério do Turismo por meio da aplicação de entrevistas semiestruturadas e da construção de mapas temáticos que ilustraram a repercussão de diversos conflitos socioespaciais relacionados ao desenvolvimento do Turismo de Base Comunitária (TBC) nessas comunidades. Com base nessa especialização, o ITBC foi ancorado em um conjunto de indicadores que foram validados e posteriormente testados na experiência da Resex Prainha do Canto Verde, comunidade tradicional localizada no litoral leste do Ceará e que faz parte da Rede Cearense de Turismo Comunitário (TUCUM), um dos projetos apoiados pelo governo federal em 2008. A sua aplicação na referida comunidade demonstrou a exequibilidade da ferramenta, no entanto sugere-se a sua reaplicação a cada 02 anos como intuito de identificar novos conflitos no território, mudanças no modelo de gestão e mensurar as transformações que ocorrerão na cadeia produtiva local.

Palavras-chave: Turismo de Base Comunitária; Conflitos Socioespaciais; Especialização; Indicadores; ITBC.

ABSTRACT

The main objective of this article is to structure the Community-Based Tourism Index in Brazil, here called ITBC, in order to contribute to measuring the effectiveness of this type of tourism and to point out ways that strengthen the initiatives/projects implemented in the country's traditional communities. To subsidize its structuring, the 50 pioneering experiences were mapped and studied, which were organized through the financial resources of public call carried out in 2008 by the Ministry of Tourism through the application of semi-structured interviews and the construction of thematic maps that illustrated the repercussion of several socio-spatial conflicts related to the development of Community-Based Tourism (TBC) in these communities. Based on this specialization, ITBC was anchored on a set of indicators that were validated and later tested in the experience of Prainha do Canto Verde, a traditional community located on the coast of the Brazilian state of Ceará and that is part of the Rede Cearense de Turismo Comunitário (TUCUM), one of the projects supported by the federal government in 2008. Its application in that community demonstrated the feasibility of the tool, however its reapplication is suggested every 02 years in order to identify new conflicts in the territory, changes in the management model and measure the transformations that will occur in the local production chain.

Keywords: Community-Based Tourism; Socio-spatial Conflicts; Spatialization; Indicators; ITBC;.

1. INTRODUÇÃO

O turismo no Brasil sempre foi controverso. Ao mesmo tempo em que ajuda a promover as potencialidades culturais e naturais do país, reproduz desigualdades, segrega estratos sociais vulneráveis



e coopta comunidades por meio da promessa de transformação social e econômica, discurso muito presente nas políticas públicas federais implementadas nos últimos anos (CRUZ, 2005; ABREU, 2010; ARAUJO, 2011; CORIOLANO, 2012; CRUZ, 2018; ARAUJO; ABREU, 2021). Durante os últimos 30 anos, a atividade turística ajudou a tornar ainda mais hegemônica uma estrutura social e econômica que beneficia as elites e aumenta/retém o número de indivíduos em grupos sociais completamente excluídos de oportunidades e direitos.

Mas foram nas políticas sociais, amplamente estimuladas durante os governos progressistas que estavam à frente da Presidência do país entre os anos de 2003 a 2015, onde se observou uma tentativa de valorizar os territórios tradicionais no processo de desenvolvimento da atividade turística, localidades que historicamente sempre estiveram distantes das oportunidades geradas por este mercado, a não ser quando usadas como reserva de força de trabalho para os detentores do capital e suas corporações.

Com a expectativa de causar fissuras nesse sistema, surge o Turismo de Base Comunitária (TBC), uma modalidade que pretende deslocar o protagonismo das ações, antes concentrado no mercado, para as comunidades tradicionais. Protagonismo que deve resultar na geração de trabalho e renda e na melhoria das condições de vida dos indivíduos que residem nessas comunidades (IRVING, 2009). Não à toa, o TBC foi incentivado com maior intensidade durante o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva especialmente no período que compreendeu a implantação do Plano Nacional de Turismo 2007-2010, que tinha a inclusão social como ponto central do seu discurso. O apoio ao TBC foi materializado por meio de um chamamento público realizado pelo Ministério do Turismo (MTur), em 2008, que apoiou financeiramente 50 projetos em todo o país.

Apesar da importância do TBC, 13 anos após o apoio do MTur ainda não é possível determinar se os projetos apoiados pelo chamamento público conseguiram converter a lógica do desenvolvimento turístico em suas comunidades para um modelo mais inclusivo, como era a expectativa naquele momento. Nota-se que a ausência de indicadores que demonstrem a relação entre as comunidades brasileiras e as ações combinadas entre o Estado e o mercado turístico no desenvolvimento do TBC impossibilita saber se esta modalidade conseguiu ir além do discurso das políticas públicas federais.

Além disso, dificulta a aferição dos seus resultados efetivos, ocultando os conflitos e contradições que surgem no âmbito das comunidades. Por essa razão, o objetivo deste artigo é propor a aplicação de um instrumento de avaliação, aqui denominado de Índice do Turismo de Base Comunitária no Brasil (ITBC), a partir de um amplo estudo sobre a realidade dos projetos de TBC apoiados em 2008 pelo governo brasileiro.

O ITBC é fruto da construção de indicadores que podem contribuir para dimensionar os impactos da atividade no âmbito do território em que ela ocorre e auxiliar as instâncias de governança locais,



lideranças comunitárias e a cadeia produtiva a estruturar melhor as suas atividades, identificar conflitos, minimizar fragilidades, articular oportunidades e garantir que o TBC seja estimulado em benefício das comunidades e não apenas do mercado turístico.

Para cumprir com seus propósitos, esse artigo está dividido em quatro partes, além desta introdução e das considerações finais. Na primeira, revisa e propõe uma nova conceituação sobre o TBC. Na segunda parte, aborda as cinco dimensões que contribuirão para a construção do ITBC, objeto do tópico seguinte e que por fim, é testado na última parte, tendo como estudo de caso sua aplicação na Resex da Prainha do Canto Verde, no litoral cearense.

2. DE QUE TURISMO ESTAMOS FALANDO?

Uma das prioridades estabelecidas pelas políticas públicas de turismo implementadas no Brasil entre 2003 e 2015, foi a inserção das populações mais pobres nas oportunidades geradas pela atividade. Uma inclusão que não se limitasse à oferta de trabalho em grandes empreendimentos turísticos ou na geração de ocupações informais nas áreas de grande fluxo do país. As populações mais vulneráveis deveriam ter a oportunidade de desenvolver iniciativas próprias que levassem à constituição de uma cadeia produtiva popular, mas organizada e qualificada. O TBC foi o modelo encontrado para ampliar a oferta turística nacional ao fomentar projetos de desenvolvimento do turismo em comunidades tradicionais e de possibilitar às camadas mais pobres da sociedade, a chance de melhorar de vida.

Embora Bursztyn, Bartholo e Delamaro (2009) insistam em contrapor o TBC ao turismo convencional ou massa, percebe-se que fundamentar o seu conceito a partir dessa oposição pode acabar levando o mercado consumidor a um entendimento limitado sobre esta modalidade. A oposição ao turismo de massa está na escala de desenvolvimento da atividade, seja em relação à abrangência territorial, ao número de pessoas envolvidas ou de turistas atendidos pela iniciativa, por exemplo. Mas, estimular demais este distanciamento pode limitar os ganhos possíveis com o TBC ou mesmo oferecer compreensões pouco aprofundadas sobre o fenômeno. É o que coloca Irving (2009, p. 108) quando afirma que “a reflexão sobre turismo de base comunitária, no Brasil, trazia em sua expressão um sentido marginal, periférico e até mesmo romântico, diante das perspectivas de um mercado globalizado e ávido por estatísticas e receitas”.

Um dos aspectos mais relevantes do conceito de TBC diz respeito ao nível de envolvimento da população local na gestão da atividade (IRVING, 2009; CORIOLANO, 2009; BURSZTYN; BARTHOLO; DELAMARO, 2009; SAMPAIO, 2008). Fazer com que os indivíduos sintam orgulho de pertencer a um determinado grupo social, superando a sensação de inferioridade em relação a outros grupos dominantes



parece ser a perspectiva central do TBC. Essa forma de turismo não deve apenas estimular a participação das comunidades na oferta de bens e serviços turísticos, mas fazer com que esse envolvimento alcance uma dimensão simbólica e que melhore a autoestima das pessoas que se engajam na atividade.

Corroborando com essa perspectiva, Mendonça *et al.* (2010, p. 03) argumenta que “a definição mais aceita de turismo de base comunitária pressupõe um alto nível de controle e uma porção considerável dos benefícios que devem estar nas mãos de membros das comunidades locais”. Sobre esses benefícios, é importante destacar que a geração de trabalho e renda, embora seja o aspecto mais almejado pelas comunidades que desenvolvem iniciativas de turismo, por si só, não garante uma situação social harmônica. Outros aspectos precisam ser levados em consideração, como a preservação do patrimônio cultural e natural, o empoderamento dos atores locais e o seu envolvimento como protagonistas no planejamento e gestão dos recursos turísticos existentes no âmbito de sua comunidade (SAMPAIO, 2008).

Esta perspectiva é discutida em diversos estudos latino-americanos, onde alguns autores abordam o TBC como um modelo de gestão horizontal, em que a comunidade anfitriã é protagonista do planejamento e da execução das ações referentes à iniciativa. Entre eles, Jamal e Getz (1995) e Reed (1997) afirmam que o TBC precisa envolver diferentes atores no planejamento da atividade, tomando decisões de maneira conjunta. Já para McDonald e Joliffe (2003), essa modalidade de turismo tende a se desenvolver por meio de grupos cooperativos ou organizações comunitárias. Wearing e McDonald (2002), por sua vez, sugerem uma relação simbiótica, em que o turista é só uma parte do sistema, ao invés de ser o centro das atenções.

Diante dessas orientações, pode-se dizer que o TBC deve ser encarado como um modelo de desenvolvimento e gestão do turismo que se operacionaliza na escala local. Nesse modelo é importante que diferentes atores (indivíduos ou organizações sociais) participem da atividade, desde o planejamento até a gestão das ações relacionadas ao turismo, a fim de que os seus interesses possam ser contemplados por meio do desenvolvimento turístico do lugar. Dessa forma, o TBC não pode ser caracterizado apenas pelas iniciativas empreendedoras por parte de integrantes de uma dada comunidade (pessoas que transformam sua residência em meio de hospedagem, por exemplo). Deve ser encarado como um modelo relacional e horizontal, que privilegia a governança comunitária como principal estratégia de desenvolvimento turístico, valorizando os agentes internos em detrimento dos agentes externos à comunidade, embora a articulação com estes últimos seja de fundamental importância para o acesso ao mercado das iniciativas de TBC.

Contudo, um dos maiores desafios da modalidade é engajar as pessoas de uma comunidade na gestão do turismo. O discurso da geração de trabalho e renda, que geralmente predomina no processo

de engajamento, é importante, porém arriscado. Isso porque, essa promessa pode não se concretizar totalmente ou mesmo não atender às expectativas geradas pelos indivíduos que estarão envolvidos na proposta. É importante estimular a participação desses atores por meio de pautas mais amplas e igualmente relevantes à comunidade, como a preservação dos recursos naturais e culturais locais, atração de investimentos públicos e privados, a fim de melhorar as condições de infraestrutura do local, estímulo à qualificação profissional e o fortalecimento da identidade cultural ali existente.

Algumas dessas questões parecem ter sido abordadas no conceito elaborado pelo MTur em 2008, quando o governo federal lançou o Edital nº 001/2008 (MTUR, 2008, p. 01) com o intuito de apoiar iniciativas de TBC pelo Brasil: “[...] um modelo de desenvolvimento turístico, orientado pelos princípios da economia solidária, associativismo, valorização da cultura local, e, principalmente, protagonizado pelas comunidades locais, visando à apropriação por parte dessas dos benefícios advindos da atividade turística”.

Embora essa premissa não seja considerada em todas as modalidades de turismo, haja vista que o modelo hegemônico de desenvolvimento da atividade é impulsionado pelos interesses do mercado, entende-se que é de suma importância a participação das comunidades locais no desenvolvimento do TBC, abordagem presente na definição de Coriolano (2009, p. 282): “[...] aquele em que as comunidades de forma associativa organizam arranjos produtivos locais, possuindo o controle efetivo das terras e das atividades econômicas associadas à exploração do turismo. Nele o turista é levado a interagir com o lugar e com as famílias residentes, seja de pescadores, ribeirinhos, pantaneiros ou de índios”.

Diante desse contexto, acredita-se que o TBC deve ser encarado como uma estratégia de desenvolvimento turístico e não como mais um produto que deve estar na “prateleira” do mercado. Nesta mesma perspectiva, Pinheiro (2007, p. 483) afirma que o TBC é “mais que um simples tipo de atividade turística praticada pelos visitantes, representa um modelo de gerenciamento turístico de caráter, sobretudo, inclusivo e que tem como desdobramento desse aspecto o oferecimento de produtos diferenciados”.

Porém, Blackstock (2005) alerta que a má condução do TBC pode transformá-lo em um mecanismo de cooptação de comunidades por não carregar consigo o propósito de transformar as atuais estruturas econômicas, políticas e sociais em um contexto mais amplo, não apenas na escala local. Para ele, o TBC poderia ajudar a manter e alimentar o *status quo* da indústria do turismo, seduzindo comunidades por meio de um discurso apoiado em justiça social e redução de desigualdades, mas que na verdade está sendo influenciado por uma agenda de natureza neoliberal, travestida por um discurso de inclusão.

Apesar de considerar importante a crítica de Blackstock (2005), as experiências brasileiras e latino-americanas mostram que o TBC ainda pode ser uma relevante alternativa econômica para amenizar problemas sociais e econômicos de comunidades pobres e ainda apoiar o fortalecimento das estruturas e instituições comunitárias, apesar dos possíveis conflitos que podem ocorrer, por exemplo, na relação entre os atores locais e os agentes indutores das iniciativas, principalmente quando essa relação envolve recursos econômicos injetados nas comunidades para fomentar as atividades ligadas ao turismo.

Sobre esse ponto, os estudos de Mitchell e Muckosy (2008) acerca do desenvolvimento do TBC na Bolívia e no Equador demonstraram que apenas um pequeno número de projetos alcançou significativos benefícios em favor das populações mais carentes. A *Siecoya CBT*, por exemplo, projeto localizado no Equador, com fortes subsídios de uma empresa de extração de óleo, após 9 anos de operação, gerou apenas 200 dólares para o fundo comunitário. Já uma pesquisa realizada pela *Rainforest Alliance* e a *Conservation International*, em 200 projetos de TBC na América Latina, revelou que a taxa média de ocupação dos meios de hospedagem existentes nas comunidades onde esses projetos foram implementados é de apenas 5% (FABRINO, 2013).

Mesmo assim, acredita-se na importância de conectar as comunidades tradicionais que desenvolvem projetos de TBC aos grandes fluxos turísticos. Ao nosso ver, não se trata de abrir as portas das comunidades para o desenvolvimento irrestrito do turismo de massa, sem a devida inclusão dos moradores locais ou respeito a sua cultura e seus recursos econômicos e naturais. Mas, construir uma proposta integrada de turismo que não isole as populações mais pobres das oportunidades que o turismo convencional também pode proporcionar, sobretudo se for pensado em uma escala de desenvolvimento contínuo. Um exemplo dessa integração é a experiência da Ilha Taquile, localizada na cidade de Puno no Peru, que inseriu as comunidades locais em uma das mais importantes rotas de turismo, capturando, assim, uma pequena parcela do turista convencional (MITCHELL; MUCKOSY, 2008). Logo, o caminho não é isolar as comunidades pobres do turismo hegemônico, e sim estabelecer ligações entre eles com vistas a potencializar as iniciativas de TBC.

No intuito de contribuir com a definição da modalidade e diante da revisão conceitual realizada, propõe-se que o TBC seja compreendido como um modelo de gestão que ocorre em escala local no qual a atividade turística é controlada e determinada pela comunidade, de forma cooperada, sem deixar de se articular com o Estado e o mercado, a fim de potencializar oportunidades de trabalho e renda para os seus habitantes e contribuir para fortalecer suas causas coletivas.

3. AS CINCO DIMENSÕES DO TBC NO BRASIL: UMA ABORDAGEM CARTOGRÁFICA



Considerando a definição de TBC aqui apresentada, propõe-se uma abordagem cartográfica com o intuito de realizar uma leitura das repercussões socioespaciais oriundas do processo de implementação dos projetos apoiados pelo MTur em 2008, através de chamamento público que aportou mais de US\$ 2.200.000,00 (aproximadamente cinco milhões e quinhentos mil reais) em 50 propostas espalhadas por todo o país.

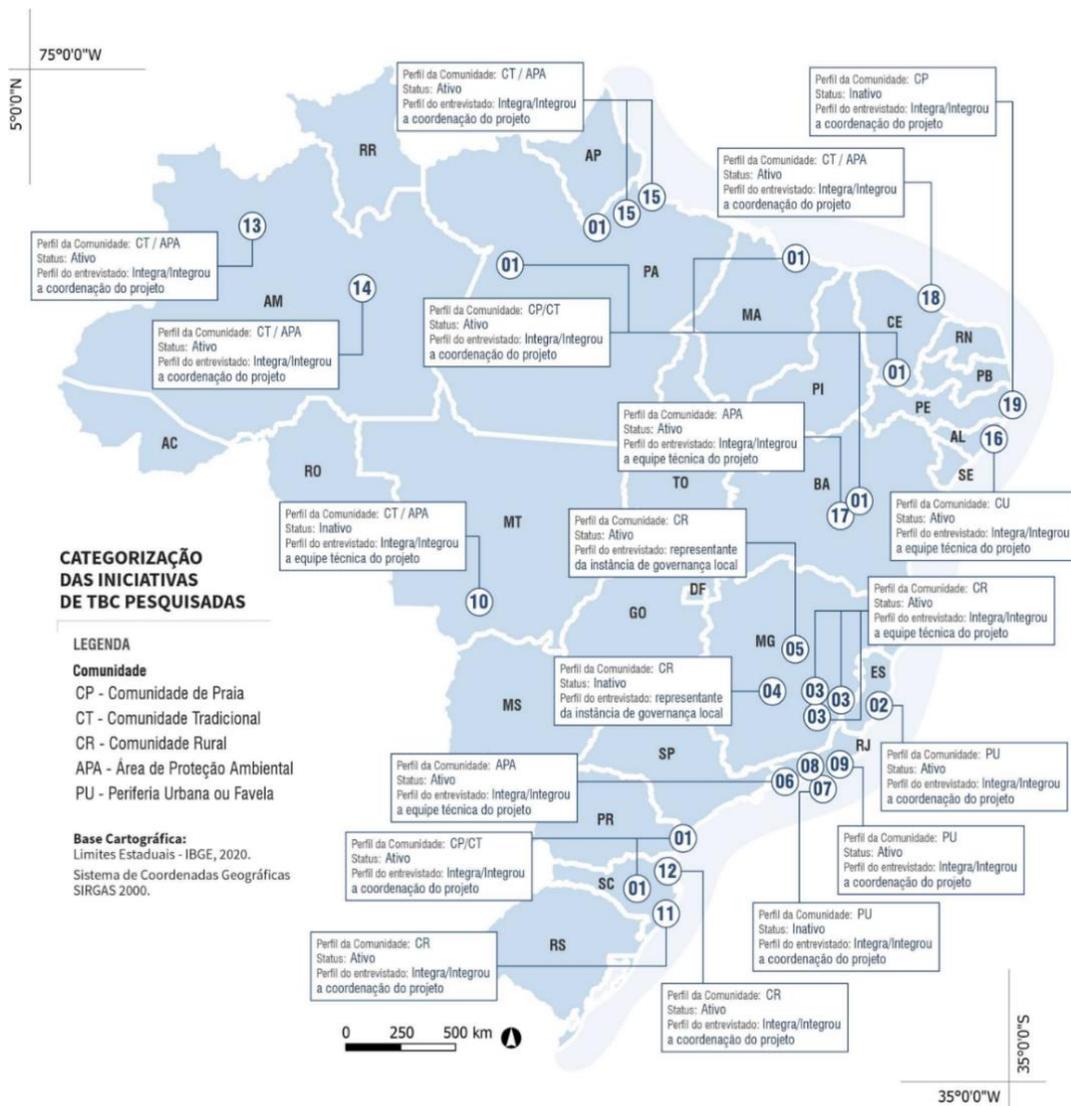
Ao longo do ano de 2020, tentou-se contato com representações desses projetos através de envios de e-mails, mensagens nas redes sociais e, em alguns casos, contatos nos sites das instituições proponentes. Ao todo, 38% ou 19 iniciativas responderam a essa mobilização, que foi iniciada no mês de fevereiro e durou até o mês de dezembro daquele ano. Em relação ao quantitativo de projetos que foram apoiados por Região, o quantitativo ficou assim distribuído: Nacional, 1 de 1 projeto (100%); Sudeste, 08 de 16 projetos (50%); Norte, 03 de 06 projetos (50%); Centro-Oeste, 01 de 03 projetos (33,3%); Sul, 02 de 08 projetos (25%); e Nordeste, 4 de 16 projetos (25%).

As entrevistas foram agendadas com as 19 iniciativas e realizadas por meio de videoconferências, em função da pandemia de Covid-19. Ao todo, foram captadas 17 horas e 41 minutos de entrevistas registradas em som e imagem, posteriormente transcritas e validadas junto aos entrevistados através do envio da transcrição por e-mail.

Apesar de terem autorizado a realização da entrevista, foi preservada a identidade de cada respondente, pois alguns preferiram não ter sua identidade revelada na pesquisa. Portanto, a fim de padronizar o processo de discussão e análise, as iniciativas entrevistadas foram categorizadas com base no mapa a seguir (Figura 01), que apresenta alguns aspectos gerais sobre os projetos, considerando o número de cidades que foram beneficiadas (28, ao todo, sendo que os projetos 01, 03 e 15 foram implementados em mais de uma cidade) e cuja numeração obedeceu à ordem de realização das entrevistas:

Figura 01 – Brasil. Categorização das iniciativas de TBC pesquisadas



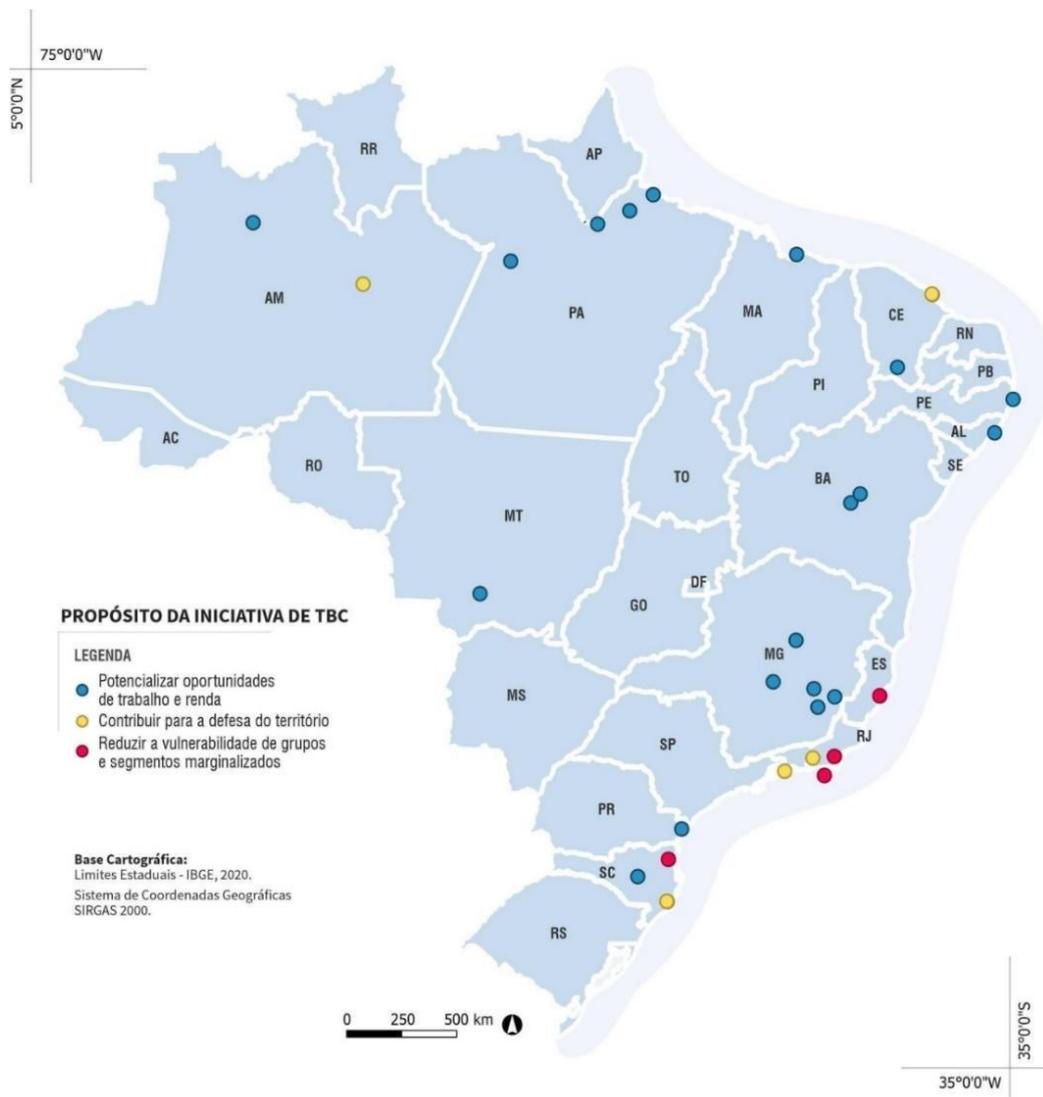


Fonte: Sistematização das informações obtidas por meio de pesquisa qualitativa.

Com base nas entrevistas realizadas, as informações coletadas foram agrupadas em 05 (cinco) dimensões de análise: 1) propósito da iniciativa, 2) governança, 3) participação comunitária, 4) acesso a mercado e 5) trabalho e renda. São fruto de questões amplamente abordadas pelos entrevistados e que resultaram em indicadores fundamentais à compreensão do TBC e de sua repercussão territorial, desde a relação estabelecida com o Estado e o mercado turístico até os impactos na geração de trabalho e renda para a população das comunidades atendidas.

Sobre a primeira dimensão (propósito da iniciativa), notou-se que em todas as regiões brasileiras, a geração de trabalho e renda foi o propósito mais difundido no discurso dos projetos de TBC, representando 67,6% em relação a todas as cidades pesquisadas, como mostra a Figura 02:

Figura 02 – Brasil. Propósito da Iniciativa de TBC



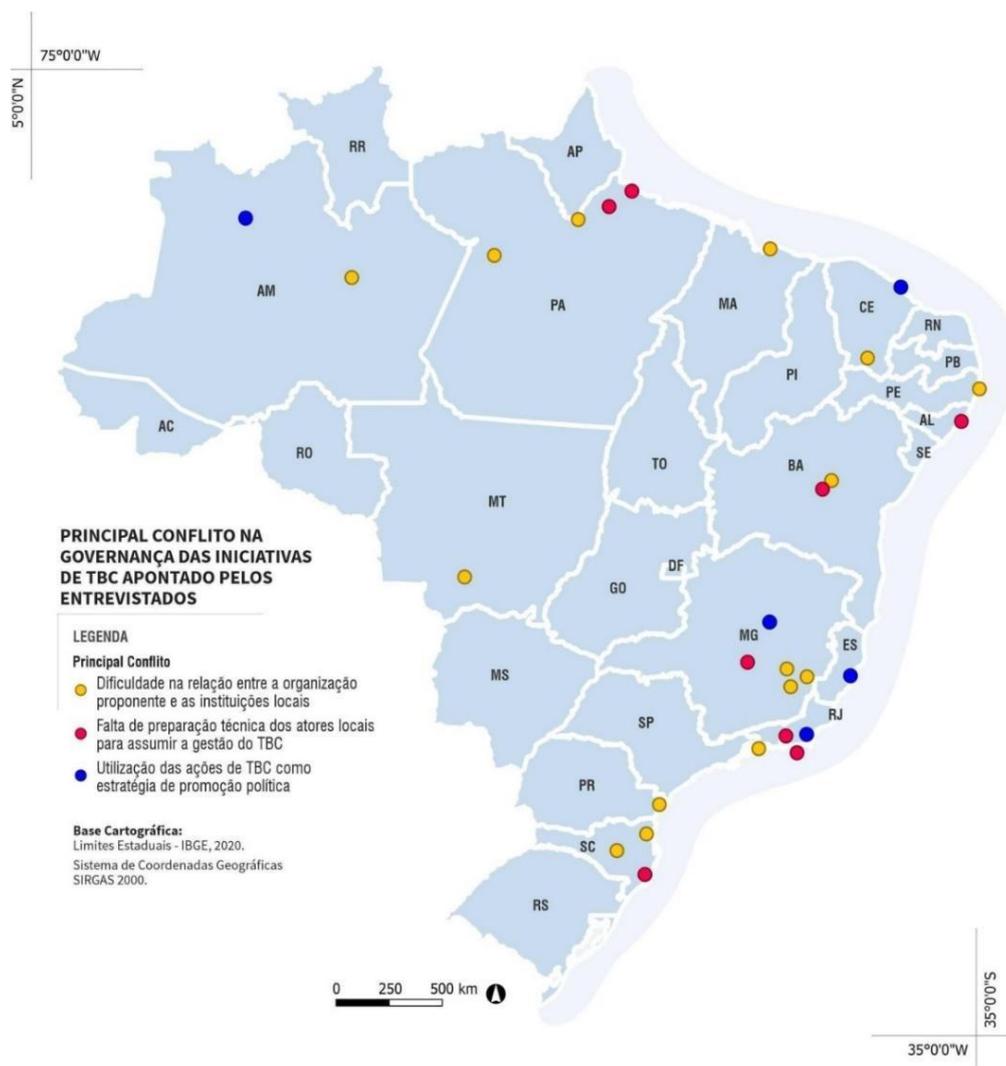
Fonte: Sistematização das informações obtidas por meio de pesquisa qualitativa.

Nota-se que esse argumento acaba sendo a saída encontrada pela maioria dos agentes indutores para mobilizar as comunidades que foram envolvidas nos projetos, uma vez que figuram como territórios com economia vulnerável.

A governança (dimensão 2), por sua vez, demonstrou ser crucial ao sucesso das iniciativas de TBC, apontando que a existência de governança local, o vínculo e boa relação do agente indutor com a comunidade, e a participação deste mesmo agente em redes, são características essenciais ao funcionamento do TBC.

No entanto, a pesquisa registrou que 53,5% apontaram a dificuldade na relação entre a organização proponente do projeto e as instituições locais como principal conflito da governança, enquanto 28,5% registraram a falta de qualificação técnica dos atores locais que atuam na cadeia produtiva do turismo e 18% mencionaram a utilização do TBC como instrumento de promoção política, dados que podem ser visualizados na Figura 03.

Figura 03 – Principal conflito na governança identificado nas iniciativas de TBC



Fonte: Sistematização das informações obtidas por meio de pesquisa qualitativa.

Referente à dimensão 3, participação comunitária, foram identificados casos em que esta se resumiu a consultas pontuais e ao envolvimento dos atores locais em atividades produtivas, como a oferta de bens e serviços turísticos. Nos casos em que a participação mostrou ser mais efetiva, com maior

envolvimento das comunidades no processo decisório, a iniciativa de TBC apresentou maior solidez e regularidade.

Com base na Figura 04, percebe-se que a Região Norte registrou o maior nível de participação popular, pois 60% das iniciativas contam com envolvimento completo da comunidade no planejamento e na tomada de decisão sobre o TBC e os outros 40% registram que uma parcela da comunidade participa regularmente do planejamento e gestão da atividade, especialmente os indivíduos que atuam na prestação de serviços a visitantes e turistas. Já no Nordeste, o percentual de participação plena é de 28,5% contra 57,1% de participação parcial das comunidades. Na Região Sul, nenhum projeto registrou um envolvimento mais amplo das comunidades com o TBC, fruto da falta de engajamento prévio na construção das propostas que foram encaminhadas ao MTur.

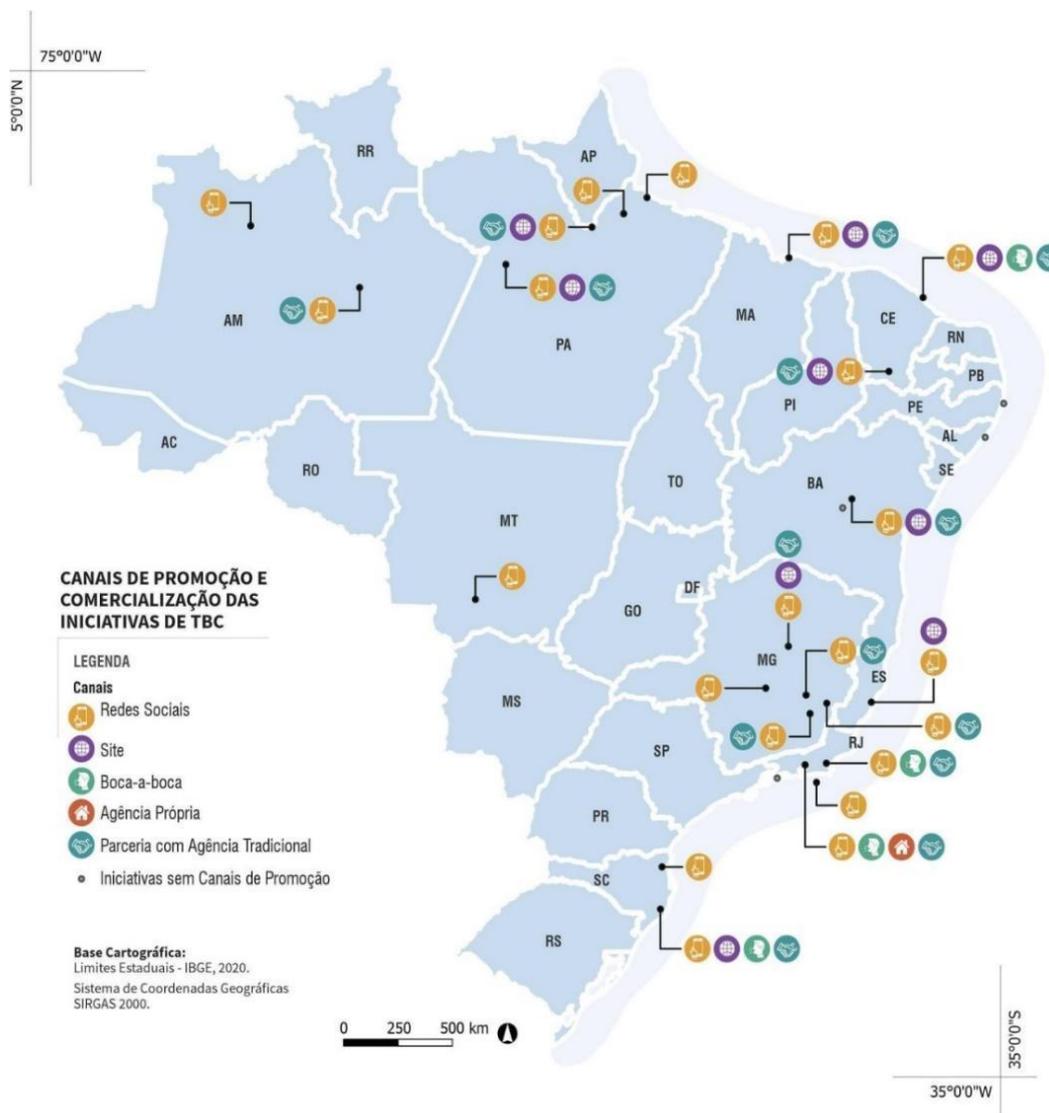
Figura 04 – Níveis de participação comunitária relatados pelos entrevistados



Fonte: Sistematização das informações obtidas por meio de pesquisa qualitativa.

Outro importante desafio das comunidades que desenvolvem o TBC é acessar o mercado (dimensão 4). A figura 5 revela que, para superar essa dificuldade, os projetos têm investido na promoção e comercialização de seus produtos e serviços através de uso das redes sociais (92,8%) e, em outros casos, alguns projetos fizeram parceria com agências tradicionais de turismo (50%) para ampliar o seu campo de atuação:

Figura 05 – Canais de promoção e comercialização das iniciativas de TBC

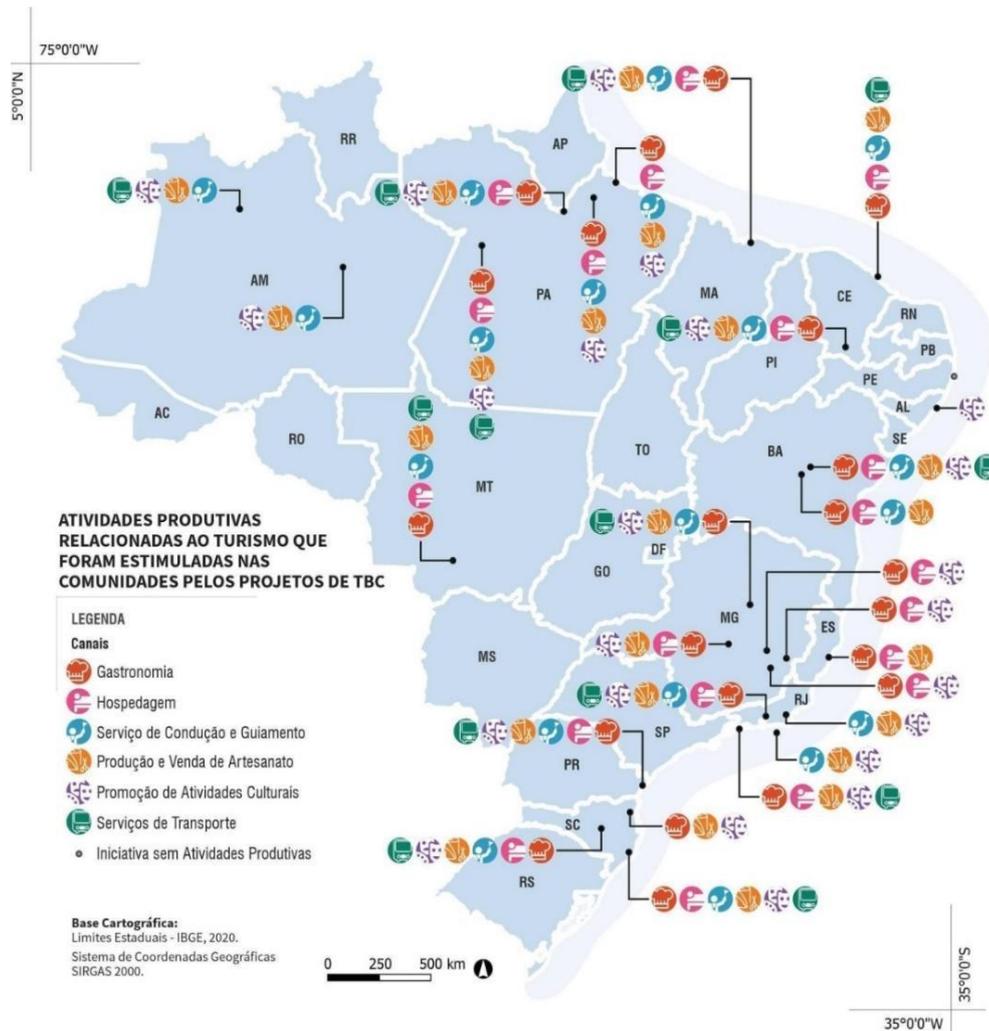


Fonte: Sistematização das informações obtidas por meio de pesquisa qualitativa.

Com relação à dimensão 5, trabalho e renda, observa-se que a produção de artesanato foi a atividade mais estimulada, em um total de 85,7% das comunidades. Em seguida, serviços de gastronomia

e de promoção de atividades culturais (78,5%) e serviços de hospedagem em 71,4%. Serviços de condução e guiamento turístico, em 67,8% das iniciativas, e serviços de transporte, em apenas 50% iniciativas, foram as atividades menos estimuladas, embora com percentuais significativos, como mostra a Figura 06:

Figura 06 – Atividades produtivas que foram estimuladas nas comunidades



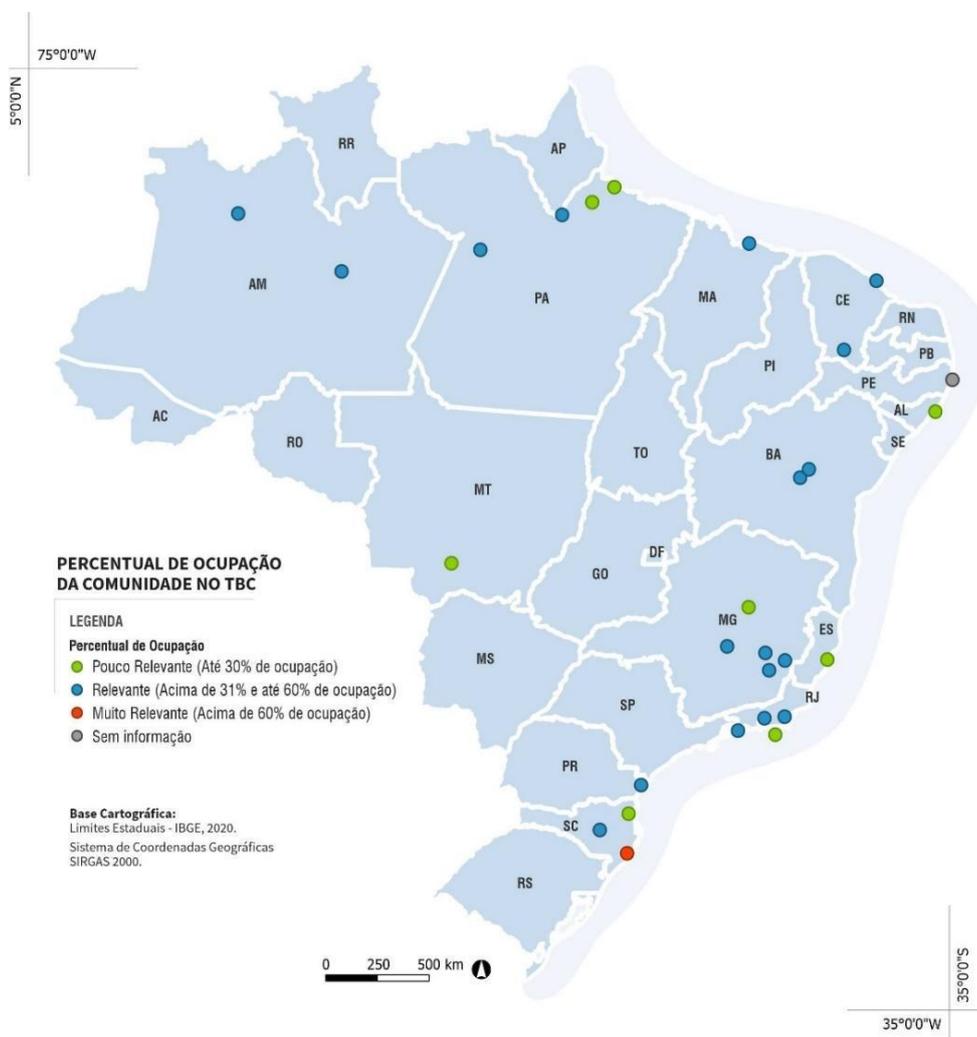
Fonte: Sistematização das informações obtidas por meio de pesquisa qualitativa.

Apesar disso, o percentual de engajamento em ocupações ou atividades relacionadas ao TBC ocorreu de forma diferente em cada comunidade. Considerando que as comunidades pesquisadas possuem características socioespaciais distintas (área, número de habitantes, oferta de serviços, infraestrutura, localização, entre outras), a quantidade de pessoas que se ocupam de atividades

relacionadas ao TBC variou bastante, de acordo com as informações coletadas junto aos representantes das iniciativas.

Ao que parece, o percentual de ocupação da população de cada comunidade nas atividades de TBC está proporcionalmente ligado à representatividade da renda obtida com essas atividades, como demonstram as Figuras 07 e 08, quando comparadas. Nas comunidades que já possuem uma quantidade maior de pessoas ocupadas em outras atividades econômicas, sobretudo no comércio e na indústria, o percentual de engajamento ao TBC foi menor, não ultrapassando 30% de sua população, o que indica que o turismo ainda não representa uma forma de ocupação economicamente viável, pois a renda obtida em suas atividades é irregular ou esporádica, caso observado em 28,5% das comunidades pesquisadas.

Figura 07 – Percentual de ocupação da comunidade no TBC



Fonte: Sistematização das informações obtidas por meio de pesquisa qualitativa.

Nas comunidades em que 30% a 60% de sua população encontra-se ocupada em atividades de TBC, essa modalidade de turismo já demonstra maior relevância na renda obtida, configurando-se como a fonte de sustento complementar das famílias e, em alguns casos, a sua ocupação principal, realidade de 60,7% das comunidades, com destaque para as regiões Sudeste e Norte com 70% e 66,6% respectivamente, como nota-se na Figura 08:

Figura 08 – Nível de incremento da renda dos indivíduos ocupados com atividades de TBC



Fonte: Sistematização das informações obtidas por meio de pesquisa qualitativa.

Importa salientar que é consenso entre os autores (JAMAL; GETZ, 1995; BLACKSTOCK, 2005; SAMPAIO, 2008; BARTHOLO; SANZOLO; BURSZTYN, 2009; IRVING, 2009; CORIOLANO, 2009; MENDONÇA, 2010; FABRINO, 2013) que foram estudados aqui nesta pesquisa que o TBC é um modelo de atividade econômica que deve atuar de maneira complementar nas comunidades, não sobrepondo-se às suas atividades tradicionais, que ajudam a identificar as especificidades culturais e produtivas de cada território. Esta perspectiva foi respeitada pela maioria dos projetos apoiados pelo Edital do MTur, demonstrando que as comunidades encararam o TBC como uma ocupação importante, mas sem tornar-se dependente do turismo.

Foi a partir dessas evidências e discussões que foi estruturado o ITBC, na expectativa de ajudar a mensurar os impactos efetivos da atividade nas comunidades brasileiras, identificar conflitos e contribuir para a construção de estratégias que fortaleçam ainda mais essas iniciativas. A ferramenta foi organizada com base nas dimensões de análise discutidas anteriormente e conduziram a parte mais importante da pesquisa, que será discutida no item seguinte.

4. O ÍNDICE DO TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA (ITBC): UM CAMINHO PROPOSITIVO

A abordagem aqui empreendida considera que o TBC é meio e não fim. Uma forma de assegurar a participação comunitária no processo de construção, operação, gestão e monitoramento da atividade turística em territórios que apresentam vulnerabilidades sociais e econômicas, normalmente caracterizados como comunidades tradicionais como evidenciaram Sampaio (2008) e Irving (2009). Transferir o controle da atividade para a comunidade não significa, contudo, isolar-se para as possibilidades que podem ser articuladas junto ao Estado e ao mercado, crítica realizada por Jamal e Getz (1995) e Blackstock (2005).

Tal discussão, assim como as entrevistas realizadas com os representantes das iniciativas de TBC apoiadas pelo MTur, fundamentaram a construção das cinco dimensões discutidas na seção anterior. Por sua vez, fizeram emergir 12 indicadores (IDs) de aferição do desenvolvimento do TBC, frutos de amplos debates realizados no âmbito desta pesquisa. São eles:

- i.ID 1 - Nível de estruturação da governança adotada pela iniciativa/projeto;
- ii.ID 2 - Tempo de existência da iniciativa/projeto;
- iii.ID 3 - Relação do agente indutor com a iniciativa/projeto;
- iv.ID 4 - Relação da iniciativa/projeto com as esferas do Estado;
- v.ID 5 - Nível de participação comunitária;



- vi.ID 6 - Diversidade de estratégias de acesso ao mercado;
- vii.ID 7 - Regularidade do Fluxo Turístico;
- viii.ID 8 - Caminhos propositivos do TBC;
- ix.ID 9 - Pessoas ocupadas na atividade em alguma atividade remunerada;
- x.ID 10 - Relevância da renda gerada pelas atividades do TBC;
- xi.ID 11 – Serviços relacionados à iniciativa/projeto;
- xii.ID 12 - Infraestrutura básica da comunidade.

O intuito desses indicadores é aferir o nível de desenvolvimento das iniciativas brasileiras, além de monitorar conflitos socioespaciais e a atuação das políticas públicas de turismo que legitimam a transformação dessas localidades em mercadorias para atender aos interesses do mercado sob o discurso de redução da pobreza e da desigualdade social. Dessa forma, os indicadores foram organizados no Índice do Turismo de Base Comunitária (ITBC), cujo objetivo principal é produzir parâmetros de referência que auxiliem pesquisadores, empreendedores, gestores públicos do turismo e instâncias de governança dos territórios que desenvolvem alguma iniciativa de TBC. Especificamente, a aplicação do ITBC ambiciona:

I. Mapear conflitos socioespaciais que interferem no desenvolvimento do TBC e os impactos gerados nas comunidades e sua população;

II. Monitorar e avaliar constantemente o desenvolvimento do TBC nos territórios a partir de indicadores que apontem os reais benefícios gerados;

III. Subsidiar a construção de estratégias efetivas para impulsionar o crescimento ordenado do TBC nas comunidades brasileiras, amenizar os conflitos territoriais e os impactos negativos relacionados à expansão do turismo.

O ITBC está estruturado em dois blocos: O *Bloco 1 – Dados Gerais da Iniciativa* têm como finalidade caracterizar a iniciativa, auxiliando a compreensão da situação da comunidade em relação aos indicadores. O *Bloco 2 - Índice de Desenvolvimento das Iniciativas/Projetos de TBC* é a essência da ferramenta aqui apresentada, pois organiza e projeta o desenvolvimento dos 12 indicadores, considerando possibilidades e situações, desde a problematização do seu objeto de estudo até a discussão com atores que protagonizaram o desenvolvimento do TBC nas suas comunidades.

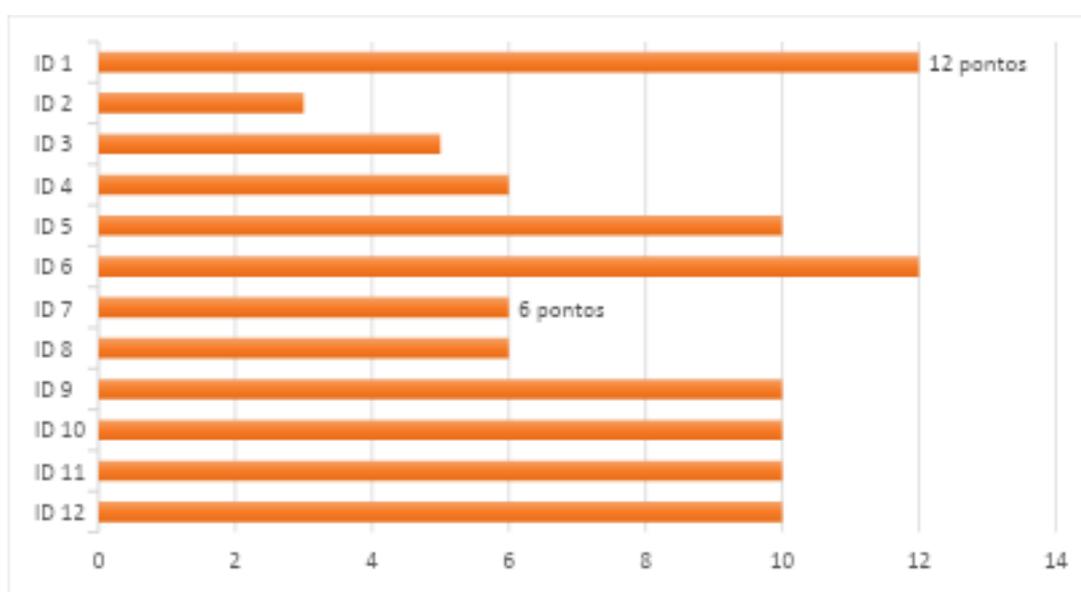
Ao definir esses indicadores, a próxima estratégia foi a de mensurar o seu nível de relevância e de influência ao sucesso de uma iniciativa de TBC. Assim, com base numa escala de 0 a 100 pontos, foram atribuídos pesos a cada um dos indicadores. A distribuição desses pesos foi determinada por meio do



envio de um formulário on-line para grupos nacionais de pesquisadores e profissionais do TBC por meio de aplicativos de mensagens instantâneas e e-mail.

Ao todo, 37 pessoas participaram da validação dos indicadores, dimensionando a relevância de cada variável de acordo com a sua experiência como pesquisador ou como integrante da cadeia produtiva do TBC. Dessa forma, o gráfico 01 mostra como ficou a distribuição dos pesos por indicador (agrupados em um conjunto de variáveis relacionadas a cada indicador), considerando uma escala de 0 a 100 pontos em relação à sua relevância.

Gráfico 01 – Distribuição dos pesos por indicador, com base numa escala de 0 a 100 pontos.



Fonte: Silva (2021).

É importante frisar que a estratégia de hierarquizar os indicadores pela sua relevância não interfere, necessariamente, na ordem de sua aplicação em uma determinada iniciativa/projeto de TBC. Esta ordem, por sua vez, foi estabelecida com base em uma narrativa de análise e avaliação que também foi recomendada e validada pelo conjunto de atores mencionados anteriormente.

Começando, o *ID 01* discute o nível de estruturação da governança adotada na comunidade e até que ponto ela consegue garantir a operacionalização das ações ligadas ao TBC no território. A existência de uma instância de governança local, como fóruns, comitês, institutos ou associações comunitárias, responsáveis pelo planejamento e gestão do TBC, representa a variável de maior peso. As demais variáveis relacionadas a esse indicador abordam o nível de estruturação da entidade, através da presença de regimento interno ou estatuto, e a sua integração em redes (regionais, nacionais ou internacionais) de

turismo ou similares. Neste caso, todas as variáveis podem ser registradas pela iniciativa que está sendo avaliada, o que aumenta a sua pontuação no quesito governança.

Quadro 1 – ID 1: Nível de estruturação da governança adotada pela iniciativa/projeto

INDICADOR	VARIÁVEIS (MÚLTIPLA ESCOLHA)	PESOS
ID 1 - Nível de estruturação da governança adotada pela iniciativa/projeto	A iniciativa não possui instância de governança.	0
	Existência de instância de governança (fórum, comitê, instituto, coletivo ou associação local) que atua no planejamento e gestão do TBC.	3
	A instância de governança possui regimento interno ou estatuto da entidade.	3
	A iniciativa/projeto integra redes de turismo ou similares regionais/nacionais.	3
	A instância de governança possui transversalidade e atua em outras pautas além do turismo (meio ambiente, trabalho e renda, educação etc.).	3
PONTUAÇÃO MÁXIMA		12

Fonte: Silva (2021).

Tendo como referência as iniciativas de TBC que foram pioneiras no Brasil e que estão em atividade há pelo menos 13 anos, período em que receberam o aporte do governo federal, o tempo de existência da iniciativa/projeto foi abordado no *ID 2*. Nesse caso, apenas uma variável deve ser registrada durante o processo de avaliação, sendo a de maior peso aquela em que a iniciativa/projeto possui mais de 10 anos de atuação, como mostra o Quadro 02:

Quadro 02 – ID 2: Tempo de existência da iniciativa/projeto

INDICADOR	VARIÁVEIS (SELECIONAR APENAS UMA ALTERNATIVA)	PESOS
-----------	---	-------



ID 2 - Tempo de existência da iniciativa/projeto	Menos de 01 ano de existência.	0,5
	De 01 a 05 anos de existência.	1
	Acima de 05 até 10 anos de existência.	2
	Acima de 10 anos de existência.	3
PONTUAÇÃO MÁXIMA		3

Fonte: Silva (2021).

No *ID 3* busca-se compreender como se dá a relação entre o agente indutor do projeto e a própria comunidade, especialmente o seu nível de contribuição no que se refere ao desenvolvimento do TBC, como ilustram as variáveis listadas no Quadro 03. Quanto menos presente e envolvido este agente for, menor será a sua capacidade de atendimento aos propósitos da iniciativa naquele território. O diálogo entre as organizações que capitanearam os projetos de TBC, especialmente entre o agente indutor e a instância de governança local (associação, fórum ou conselho comunitário), é fundamental para a solidez do seu modelo de governança, embora, em alguns casos, a mesma organização que impulsiona e instiga o TBC em determinado território, também seja responsável pela gestão local da atividade.

Quadro 03 – ID 3: Relação do agente indutor com a iniciativa/projeto

INDICADOR	VARIÁVEIS (SELECIONAR APENAS UMA ALTERNATIVA)	PESOS
ID 3 - Relação do agente indutor com a iniciativa/projeto	Não contribui com a iniciativa/projeto.	0
	Contribui pontualmente com o desenvolvimento da iniciativa/projeto.	1
	Contribui sistematicamente com o desenvolvimento da iniciativa/projeto.	3
	Atua diretamente junto à iniciativa/projeto por meio de apoio técnico.	5
PONTUAÇÃO MÁXIMA		5

Fonte: Silva (2021).

Já o *ID 4* se encontra no campo das relações institucionais e políticas, pois elas são determinantes ao sucesso de qualquer atividade produtiva. No Quadro 04, avalia-se a relação da iniciativa/projeto de TBC, seja por meio do agente indutor ou da instância de governança local, com as esferas do Estado, que, por sua vez, podem contribuir com a atividade através da criação e implementação de políticas públicas, inclusive no que diz respeito à melhoria da infraestrutura básica, aspecto ainda precário em muitas comunidades brasileiras.

Quadro 04 – ID 4: Relação da iniciativa/projeto com as esferas do Estado

INDICADOR	VARIÁVEIS (SELECIONAR APENAS UMA ALTERNATIVA)	PESOS
ID 4 - Relação da iniciativa/projeto com as esferas do Estado	Não há relação da iniciativa/projeto com as esferas do Estado.	0
	Possui boa relação com poder público municipal/estadual, mas sem impacto direto na iniciativa/projeto.	2
	Possui boa relação com o poder público municipal/estadual com impactos significativos na iniciativa/projeto.	4
	A iniciativa/projeto possui amplo trânsito nas esferas municipal, estadual e federal e consegue articular oportunidades sistemáticas para a comunidade.	6
PONTUAÇÃO MÁXIMA		6

Fonte: Silva (2021).

A questão política também se expressa no TBC quando o assunto é a participação comunitária, aspecto central desta modalidade de turismo e que é explorado no *ID 5*, detalhado no Quadro 05. Entende-se que não é possível chamar de TBC as iniciativas que sequer estimularam a participação de agentes locais no processo de discussão, planejamento e gestão da atividade. Mas, também percebe-se que o engajamento dessas pessoas pode ocorrer de formas e intensidades diferentes, pois a efetividade dessas estratégias está condicionada ao nível de sensibilização e conhecimento da comunidade em relação ao turismo e seus possíveis benefícios, especialmente quando se trata da geração de trabalho e

renda. O engajamento das pessoas também está relacionado ao histórico de participação da comunidade em outras pautas, como o direito à moradia e infraestrutura, por exemplo.

Quadro 05 – ID 5: Nível de participação comunitária

INDICADOR	VARIÁVEIS (SELECIONAR APENAS UMA ALTERNATIVA)	PESOS
ID 5 - Nível de participação comunitária	Não há registros de participação efetiva da comunidade no desenvolvimento do TBC.	0
	A comunidade é estimulada a participar do planejamento e da gestão do TBC, mas a adesão não ultrapassa 20% da comunidade.	3
	Entre 21% e 50% da comunidade, especialmente aqueles que atuam diretamente com as atividades de turismo, participam regularmente do planejamento e da gestão do TBC.	6
	Mais de 50% da comunidade está envolvida com o planejamento e tomadas de decisão sobre o TBC.	10
PONTUAÇÃO MÁXIMA		10

Fonte: Silva (2021).

O ID 6, por sua vez, adentra em um aspecto ainda pouco explorado na literatura sobre o TBC no Brasil, embora seja um dos seus principais gargalos: as estratégias de acesso a mercado. Por essa razão, é importante não repudiar a relação das comunidades com agentes do mercado turístico tradicional, mesmo que a interferência destes possa causar certa descaracterização ou desvirtuação dos propósitos essenciais do TBC, situação que pode ser evitada com a existência de uma governança sólida e com a participação ativa da comunidade.

Além disso, ainda parece escassa a existência de agências de turismo especializadas nesta modalidade, o que leva as iniciativas/projetos a investirem em soluções alternativas para promoverem e comercializarem os seus produtos e serviços, como as redes sociais, mas ainda sem a devida profissionalização.

Quadro 06 – ID 6: Diversidade de estratégias de acesso ao mercado

INDICADOR	VARIÁVEIS (MÚLTIPLA ESCOLHA)	PESOS
ID 6 - Diversidade de estratégias de acesso ao mercado	Não foram registradas estratégias de acesso ao mercado da iniciativa/projeto de TBC.	0
	A iniciativa de TBC está localizada em um raio de até 50 km de proximidade de destinos indutores de fluxo turístico da região.	3
	Parcerias com agências de turismo convencionais locais e regionais para a comercialização dos produtos e serviços de TBC.	3
	Criação de mecanismos endógenos de comercialização dos produtos e serviços de TBC.	3
	Promoção da iniciativa em mídias sociais e plataformas digitais (<i>Instagram, AirBnb, Facebook</i> etc.).	3
PONTUAÇÃO MÁXIMA		12

Fonte: Silva (2021).

Pode-se afirmar que o resultado das estratégias adotadas pelas iniciativas/projetos de TBC para acessar o mercado, listadas no Quadro 06, incidem diretamente na regularidade do seu fluxo turístico, aspecto abordado no *ID 7*. Entende-se que a frequência com que visitantes e turistas circulam nas comunidades é mais importante do que o volume de pessoas que se desloca até elas, dado que muitos desses territórios possuem vulnerabilidades sociais e de infraestrutura que podem ser pioradas pela falta de controle na sua capacidade de carga. Além disso, quanto menos sazonal for o TBC, maior a sua capacidade de gerar visibilidade para a comunidade, melhorar a sua relação com as instâncias governamentais, estimular a participação comunitária e, conseqüentemente, atender aos caminhos propositivos definidos na concepção do projeto. Esses aspectos foram abordados no Quadro 07:

Quadro 07 – ID 7: Regularidade do fluxo turístico

INDICADOR	VARIÁVEIS (SELECIONAR APENAS UMA ALTERNATIVA)	PESOS
ID 7 - Regularidade do fluxo turístico	A iniciativa/projeto de TBC ainda não registra fluxo turístico.	0
	Esporádica - os empreendedores registram turistas e visitantes poucas vezes ao longo do ano, apenas em temporadas específicas ou por grupos organizados previamente agendados.	2
	Mensal - os empreendedores registram turistas e visitantes em datas específicas ao longo do mês, normalmente grupos organizados previamente agendados.	4
	Semanal - os empreendedores registram turistas e visitantes em alguns dias, especialmente nos finais de semana.	6
PONTUAÇÃO MÁXIMA		6

Fonte: Silva (2021).

Para os entrevistados e os demais profissionais e pesquisadores que validaram os indicadores do ITBC, o caminho propositivo da iniciativa/projeto e suas variáveis correspondentes deve possuir um papel de destaque no processo de avaliação de uma experiência brasileira de TBC, pois a atividade precisa atuar sobre as fragilidades sociais ainda persistentes e que encorpam e perpetuam a condição de desigualdade a que estão submetidos diversos segmentos populacionais. A proteção do território contra agentes externos do capitalismo, a geração de trabalho e renda e a inclusão social de minorias, tais como negros, indígenas, quilombolas, LBTQIA+, mulheres e moradores da periferia urbana, são aspectos que mereceram destaque no *ID 8*, como mostra o Quadro 08:

Quadro 08 – ID 8: Caminhos propositivos do TBC

INDICADOR	VARIÁVEIS (MÚLTIPLA ESCOLHA)	PESOS
-----------	------------------------------	-------

ID 8 - Caminhos propositivos do TBC	O TBC surge como mecanismo de defesa e proteção do território e de seus recursos naturais contra agentes externos e especulação imobiliária.	2
	O TBC surge como alternativa de trabalho e renda para a comunidade.	2
	O TBC surge como alternativa para incluir minorias em atividades produtivas (negros, indígenas, quilombolas ¹ , ribeirinhos, LBTQIA+, mulheres, moradores da periferia urbana, pessoas com deficiência etc.).	2
PONTUAÇÃO MÁXIMA		6

Fonte: Silva (2021).

No *ID 9*, discute-se o percentual de pessoas ocupadas direta e indiretamente com o TBC, considerando que pelo menos 10% da comunidade precisa estar envolvida de alguma maneira com a atividade para que ela possua alguma relevância nesse aspecto, seja por meio da oferta de bens e serviços turísticos ou por exercer atividades típicas da produção associada ao turismo, como a produção e venda de produtos para empreendimentos turísticos ou a prestação de serviços de manutenção nesses estabelecimentos, conforme distribuição realizada no Quadro 09:

Quadro 09 – ID 9: Pessoas ocupadas no TBC em alguma atividade remunerada

INDICADOR	VARIÁVEIS (SELECIONAR APENAS UMA ALTERNATIVA)	PESOS
ID 9 - Pessoas ocupadas no TBC em alguma atividade remunerada	Menos de 10% da comunidade está ocupada direta e/ou indiretamente em atividades de TBC.	1
	De 10% a 30% da comunidade está ocupada direta e/ou indiretamente em atividades de TBC.	3
	De 31% a 50% da comunidade está ocupada direta e/ou indiretamente em atividades de TBC.	5

¹ Populações tradicionais com identidade cultural própria que se formaram por meio de um processo histórico iniciado nos tempos da escravidão no Brasil, simbolizando a resistência a diferentes formas de dominação.

	De 51% a 70% da comunidade está ocupada direta e/ou indiretamente em atividades de TBC.	7
	De 71% a 90% da comunidade está ocupada direta e/ou indiretamente em atividades de TBC.	9
	Acima de 90% da comunidade está ocupada direta e/ou indiretamente em atividades de TBC.	10
PONTUAÇÃO MÁXIMA		10

Fonte: Silva (2021).

Em complemento ao indicador anterior, o *ID 10* pretende compreender até que ponto a renda gerada pelo TBC possui relevância para as pessoas ocupadas na atividade. Porém, a dependência do turismo é um aspecto que merece cuidado, pois pode acabar estimulando o desaparecimento das atividades econômicas tradicionais, como a pesca artesanal e a agricultura familiar. Diferente do que costuma ser estimulado no turismo tradicional, o cenário ideal para as comunidades é aquele em que o TBC proporciona rendimentos significativos aos indivíduos envolvidos com a atividade, não chegando a ser a sua principal fonte de renda, mas sim uma atividade que complementa a renda principal das famílias, normalmente oriunda de atividades tradicionais locais. Por isso, é possível observar no Quadro 10 que essa variável possui o maior peso do indicador aqui discutido:

Quadro 10 – ID 10: Relevância da renda gerada pelas atividades do TBC

INDICADOR	VARIÁVEIS (SELECIONAR APENAS UMA ALTERNATIVA)	PESOS
ID 10 - Relevância da renda gerada pelas atividades do TBC	O TBC não tem influência na geração de renda na comunidade.	0
	O TBC proporciona rendimentos esporádicos à comunidade envolvida, mas não representa uma atividade econômica significativa.	3
	O TBC proporciona rendimentos significativos à comunidade envolvida, representando a principal fonte de renda local.	6

	O TBC proporciona rendimentos significativos aos indivíduos envolvidos com a atividade, atuando como uma fonte complementar à renda gerada pelas atividades tradicionais locais.	10
PONTUAÇÃO MÁXIMA		10

Fonte: Silva (2021).

O ID 11 busca avaliar a qualidade dos serviços essenciais relacionados ao TBC, itens que foram sugeridos pelos entrevistados e pelos profissionais e pesquisadores que validaram o ITBC. Foram 05 os serviços relacionados para avaliação dos equipamentos turísticos das comunidades, relacionados no Quadro 11:

Quadro 11 – ID 11: Serviços relacionados à iniciativa/projeto

Nº	SERVIÇO	DESCRIÇÃO
1	Atendimento	Está relacionado ao acolhimento e à hospitalidade das pessoas que prestam algum serviço relacionado ao TBC na comunidade, como recepcionistas, condutores, guias de turismo, etc.
2	Higiene	Relacionado à limpeza no ambiente dos equipamentos turísticos da comunidade e nos espaços que são frequentados pelos turistas e visitantes.
3	Segurança	Relacionado à obediência das normas de segurança pelos equipamentos turísticos, sinalização e manutenção de infraestrutura física.
4	Diversidade de atividades	Refere-se às opções de atividades de lazer e entretenimento oferecidas aos turistas e visitantes, como passeios, shows, oficinas, trilhas, etc.
5	Acessibilidade	Avalia as condições de acesso dos equipamentos turísticos da comunidade para pessoas com deficiência e mobilidade reduzida.

Fonte: Silva (2021).

Por fim, o *ID 12* volta-se para a infraestrutura básica da comunidade, condição indispensável para garantir o desenvolvimento do TBC no território de forma estruturada. Além de apontar os principais gargalos de infraestrutura da comunidade que dificultam o crescimento do turismo, esse indicador pretende contribuir para identificar até que ponto a iniciativa conseguiu, durante o seu tempo de existência, atrair investimentos públicos que melhoraram esse aspecto. Os itens avaliados foram: saneamento básico, limpeza urbana, acesso, segurança e sinalização.

No caso dos dois últimos *IDs*, deve ser atribuído um índice que varia de *0* para *Não Atende* – quando esse item compromete o desenvolvimento do TBC –, *1* para *Atende* – quando esse item não compromete o desenvolvimento do TBC – e *2* para *Surpreende* – quando esse item contribui para destacar positivamente o TBC na comunidade.

Ao final do preenchimento do ITBC, a iniciativa/projeto avaliada pode chegar até 100 pontos distribuídos entre os pesos das variáveis relacionadas aos 12 indicadores anteriormente apresentados. Ao todo, foram definidos 04 níveis de desenvolvimento do TBC, cuja pontuação necessária para alcançá-los está relacionada no Quadro 12:

Quadro 12 – Níveis de desenvolvimento do TBC com base no resultado do ITBC

NÍVEL	CATEGORIA	PONTUAÇÃO OBTIDA	DESCRIÇÃO
1	Incipiente	Até 30 pontos	A iniciativa/projeto de TBC ainda não gera benefícios significativos à comunidade, apresentando conflitos e limitações em diversos indicadores. Por sua fragilidade, não é recomendada a disponibilização no mercado turístico.
2	Relevante	De 31 a 50 pontos	A iniciativa/projeto de TBC é reconhecida na região e apresenta alguns benefícios importantes à comunidade, mas ainda registra conflitos e limitações em diversos indicadores. Por apresentar diversas potencialidades, recomendamos a disponibilização cautelosa no mercado turístico.
3	Estruturada	De 51 a 70 pontos	A iniciativa/projeto de TBC é reconhecida na região e apresenta benefícios relevantes à comunidade, apesar da existência de alguns conflitos. Por atender aos principais requisitos da

			modalidade, recomendamos sua ampla promoção no mercado turístico nacional.
4	Consolidada	Acima de 70 pontos	A iniciativa/projeto de TBC é reconhecida nacionalmente, gera benefícios relevantes à comunidade e consegue fazer boa gestão dos seus conflitos. Atende aos principais requisitos da modalidade, se destacando em algumas áreas. Recomendamos sua ampla promoção no mercado turístico nacional e internacional.

Fonte: Silva (2021).

Embora seja um instrumento que propõe a construção de padrões de referência sobre o TBC no Brasil, é importante dizer que a sua aplicação deve considerar a especificidade de cada território que, por sua vez, pode apresentar características ou variáveis não contempladas pelo ITBC. Por exemplo, a aplicação da ferramenta numa comunidade quilombola precisa considerar a sua forma de organização peculiar e as tradições culturais ali presentes, assim como numa favela a interferência da dinâmica urbana nos modos de vida e na economia local não podem ser desvinculados da comunidade no momento da aplicação do ITBC. Dessa forma, ele precisa funcionar como uma estratégia dinâmica, uma metodologia aberta e flexível que leva em consideração a relação que cada comunidade estabelece com a atividade turística. Apesar de ser recomendada a neutralidade de quem aplicará o instrumento, preferencialmente técnicos e pesquisadores especializados em TBC ou representantes da gestão da iniciativa/projeto avaliado, o mesmo deve ser empático às características de cada território e registrar as suas impressões pessoais que não conseguem ser contempladas pelos indicadores pré-estabelecidos. Como exercício prático, na próxima seção foi testada a efetividade do ITBC a partir de sua aplicação na Resex Prainha do Canto Verde, no litoral cearense.

5. APLICAÇÃO DO ITBC NA RESEX PRAINHA DO CANTO VERDE (BEBERIBE – CE)

A Reserva Extrativista Prainha do Canto Verde, localizada no município de Beberibe, litoral cearense, distante 85 km de Fortaleza (Figura 09), constitui em uma das iniciativas de TBC mais antigas do país. Esse projeto surgiu na década de 2000 e vem sendo incentivado pela Rede Cearense de Turismo Comunitário (TUCUM), uma articulação formada por grupos de comunidades costeiras que desenvolvem o TBC no Estado.



Figura 09 – Localização da Prainha do Canto Verde.



Fonte: Silva (2021).

A Prainha se destaca pela preservação do modo de vida simples de seus habitantes (cerca de 1.200 pessoas), pela pesca artesanal e pela paisagem natural preservada. A maioria da sua população se envolve direta ou indiretamente com a atividade turística. É possível encontrar empreendedores locais do ramo de hospedagem, gastronomia e passeios turísticos, além de pessoas que trabalham em estabelecimentos comerciais que atendem moradores e turistas. A principal atividade econômica local ainda é a pesca, porém o turismo já representa uma parte significativa da renda dessas famílias. Em 2009, por decreto federal, foi elevada à condição de Reserva Extrativista (Resex) depois de um longo período de lutas pelo direito à terra.

A TUCUM e o Instituto Terramar, juntos, foram proponentes de um dos 50 projetos apoiados pelo MTur em 2008 cujo título é *Turismo Comunitário: Afirmando Identidades e Construindo Sustentabilidade*, implementado na comunidade da Prainha. O contrato com o MTur aportou ao projeto R\$ 124.836,00 (cento e vinte e quatro mil oitocentos e trinta e seis reais) e foi assinado em 04 de dezembro de 2008, com tempo de execução que durou 02 anos.

A Associação de Moradores da Prainha do Canto Verde, instância de governança local responsável pelas ações de TBC, tem demonstrado organização e ampla atuação no território no que tange à defesa dos direitos dos moradores e na gestão do TBC, de forma a estimular que esta atividade possa continuar dando maior repercussão às pautas mais tradicionais. Assim, em relação ao *ID 1 - Nível de estruturação*

da governança adotada pela iniciativa/projeto, projeto de TBC da Prainha obteve 12/12 pontos (Será utilizada esta grafia para relacionar: score de pontos alcançados pela iniciativa/total de pontos disputados no ID), o máximo possível em um indicador que exerce uma influência significativa no desempenho dos demais.

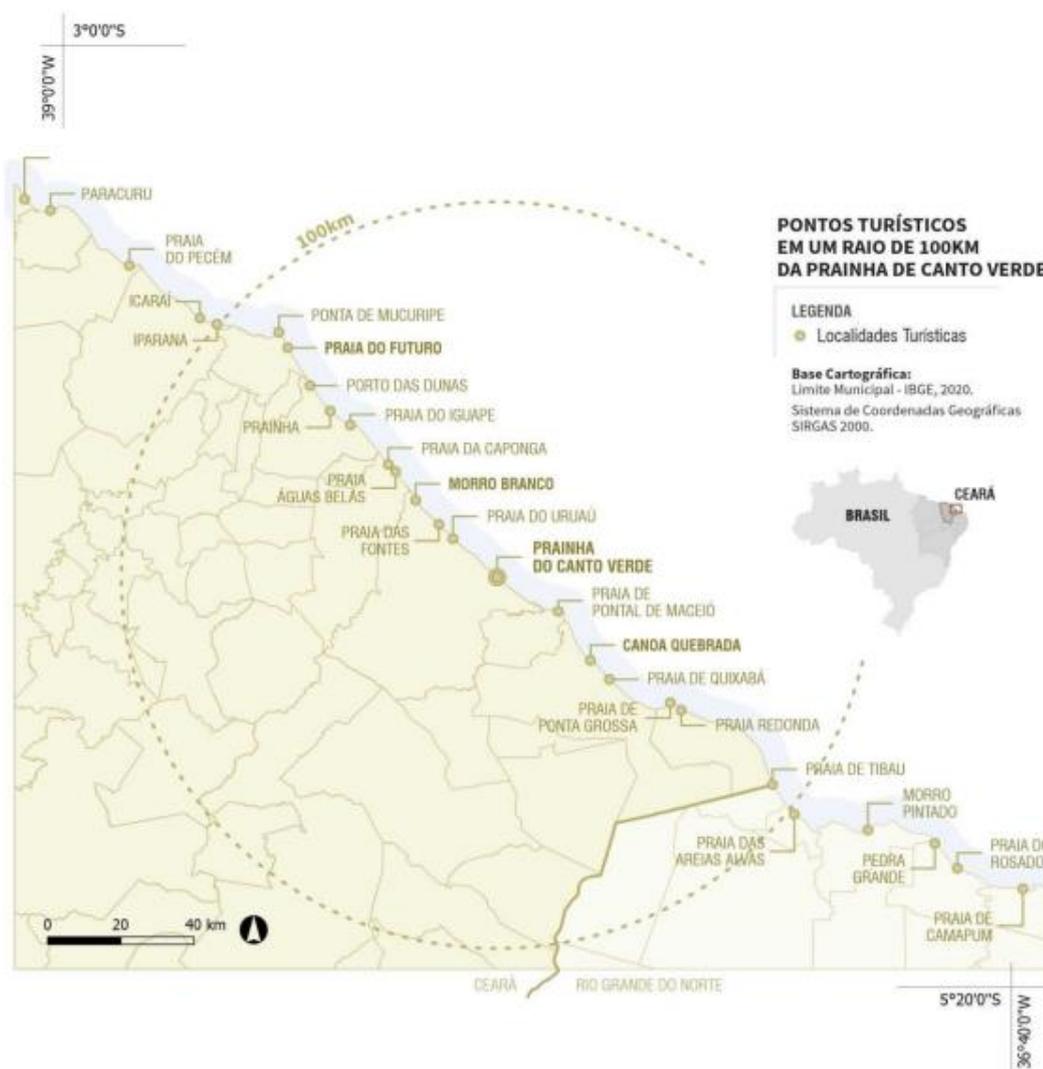
A Prainha possui uma das experiências de TBC mais antigas do Brasil, com mais de 10 anos de existência, alcançando assim 3/3 pontos no ID 2 - *Tempo de existência da iniciativa/projeto*. Como outras comunidades da região também demandam o apoio da Rede TUCUM e do Instituto Terramar em relação aos seus projetos, sua contribuição para o desenvolvimento do TBC na Prainha ocorre conforme são acionados pela instância de governança local, o que lhes atribui 3/5 pontos no ID 3 - *Relação do Agente Indução com a iniciativa/projeto*.

Em relação ao ID 4 - *Relação da iniciativa/projeto com as esferas do Estado*, não foram identificadas contribuições diretas do poder público ao desenvolvimento do TBC na Prainha, apesar da Rede TUCUM possuir boa relação com o governo estadual, o projeto obteve apenas 2/6 pontos uma vez que não foi identificado o impacto direto nessa relação.

Sobre o nível de participação comunitária, foi identificado que, embora exista um modelo de governança representativo e a existência de pautas sociais que mobilizam a comunidade, o engajamento no TBC, atualmente, se dá pelo interesse direto dos atores locais em relação às atividades econômicas que constituem esta cadeia produtiva. No ID 5 - *Nível de participação comunitária a iniciativa/projeto* consegue obter 6/10 pontos, pois embora não consiga alcançar toda a comunidade, a instância de governança local ainda consegue estimular a participação regular dos principais atores da cadeia produtiva do turismo em espaços de discussão, planejamento e gestão da atividade, na ordem de 21 a 50% da comunidade.

Pode-se afirmar que o bom nível de participação comunitária dos empreendedores do TBC da Prainha também é resultado do acesso ao mercado que foi conquistado, o que faz o projeto pontuar em todos os quesitos do ID 6 - *Diversidade de estratégias de acesso ao mercado*, obtendo 12/12 pontos. Sobre essa questão, vários aspectos a favorecem, a começar pela sua localização geográfica privilegiada, tendo outros destinos turísticos importantes do litoral leste cearense localizados em um raio de até 50 km de distância, como mostra a Figura 10.

Figura 10 – Destinos turísticos localizados há uma distância de até 100 km da Prainha.



Fonte: Silva (2021).

Desta forma, a origem dos turistas e visitantes que procuram a Prainha acaba sendo predominantemente regional. Esse aspecto, junto com o número de instituições de ensino técnico e superior que organizam viagens de campo à comunidade ao longo do ano, estabelece uma regularidade semanal do seu fluxo turístico, registrado em maior quantidade nos finais de semana, variável que acrescenta 6/6 pontos ao ID 7 - *Regularidade do Fluxo Turístico*.

Sobre o ID 8 - *Caminhos propositivos do TBC*, as entrevistas semiestruturadas realizadas com representantes da coordenação executiva da TUCUM, as conversas informais com moradores e empreendedores da Prainha, além da consulta à cartilha de normas do projeto (MARTINS, 2013), tornou perceptível que a iniciativa foi criada para atender todos os caminhos propositivos listados no referido

indicador, obtendo *6/6 pontos* na sua avaliação. Com relação ao que trata o *ID 9 - Pessoas ocupadas na atividade em alguma atividade remunerada*, aproximadamente 500 moradores da Prainha estão envolvidos direta ou indiretamente com o TBC, o que representa 40% de sua população local, resultando em *5/10 pontos* na avaliação deste indicador.

As entrevistas confirmaram que o TBC tem proporcionado uma renda significativa, porém complementar à atividade que eles já desenvolviam na comunidade, a maioria envolvida com a pesca artesanal.

Dessa forma, a iniciativa/projeto alcança *10/10 pontos* no *ID 10 - Relevância da renda gerada pelas atividades do TBC*, visto que a atividade tem proporcionado rendimentos significativos aos indivíduos envolvidos com ela, atuando como uma fonte complementar à renda gerada pelas atividades tradicionais locais que, por sua vez, ainda se mantêm preservadas apesar das constantes ameaças às proteções sociais garantidas pelo decreto que regulamentou a Resex.

O TBC na Prainha surpreende em praticamente todos os itens do *ID 11 - Serviços relacionados à iniciativa/projeto*, alcançando *9/10 pontos* disputados. Tudo é estruturado de forma muito cuidadosa para que a expectativa do visitante ou do turista seja superada, mesmo àqueles que já possuem o hábito de conhecer experiências de turismo desenvolvidas em comunidades tradicionais e, portanto, apresentam um olhar mais sensível e tolerante em relação à organização desta cadeia produtiva.

Já no *ID 12 - Infraestrutura básica da comunidade*, ainda registram-se dificuldades relacionadas à limpeza urbana, apesar de não causarem transtornos à experiência do turista, levando a iniciativa a *8/10 pontos* neste indicador. É importante compreender que as variáveis aqui analisadas vão além do turismo e do que o turista vai ou não vivenciar, já que sua estada na comunidade é curta. São questões que precisam ser discutidas no ambiente vivido, no dia a dia dos moradores, que podem resvalar na atividade turística com maior ou menor intensidade.

Por fim, o resultado da aplicação do ITBC na Prainha gerou um índice de *82 pontos*, o que caracteriza a iniciativa/projeto como consolidada, ou seja, uma experiência reconhecida nacionalmente, que gera benefícios relevantes para a comunidade e consegue fazer boa gestão dos seus conflitos. Além disso, atende aos principais requisitos do TBC, se destacando em algumas áreas. Recomenda-se, assim, sua ampla promoção no mercado turístico nacional e internacional.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pode-se mensurar a atividade de TBC? Com base na definição de TBC proposta, assumiu-se que o TBC pode ser analisado a partir de cinco dimensões que consideram o propósito da iniciativa, o modelo



de governança aplicado, o estimula à participação comunitária, as estratégias de acesso ao mercado e os impactos na geração de trabalho e renda. Sustenta-se, a partir de sua aplicabilidade, que o ITBC vem contribuir positivamente com a compreensão da atividade, propondo uma forma de mensuração que possibilite compreender melhor os desafios que surgem no âmbito territorial e até que ponto essa modalidade de turismo tem gerado transformações significativas nas comunidades onde ela é estimulada, evitando assim interpretações pouco críticas sobre o desenvolvimento do TBC.

A aplicação do ITBC na Resex Prainha do Canto Verde demonstrou a exequibilidade do mesmo. Contudo, como todo instrumento de avaliação, sugere-se a reaplicação da ferramenta a cada 02 anos, pelo menos. Durante este intervalo, pode-se estabelecer novos conflitos no território, mudanças no modelo de gestão da iniciativa/projeto, surgimento de políticas públicas, além de ampliação ou diminuição da cadeia produtiva local que resultem na modificação do nível de estruturação e desenvolvimento do TBC.

AGRADECIMENTOS

Agradecemos ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico por financiar a investigação realizada pelo grupo de pesquisa Cidades Litorâneas e Turismo (CILITUR). Esse artigo é parte da investigação realizada pelo Grupo.

7. REFERÊNCIAS

ABREU, L. M. *Uma “viagem” de inclusão: turismo, desenvolvimento e território*. (Tese de Doutorado). Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2010.

ARAUJO, C. P. *Terra à vista! O litoral brasileiro na mira dos empreendimentos turísticos imobiliários*. (Tese de Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2011.

_____.; ABREU, L. M. Urbanización turística y desarrollo desigual en la costa nordeste de Brasil: el papel de Prodetur/NE. In: FERNANDES, L. (Org.). *Henry Lefebvre y la producción del espacio: entramados de resistencia al capitalismo*. 1ed. Montevideo: Gráfica Mosca, 2021.

BLACKSTOCK, K. A critical look at community based tourism. *Community Development Journal*, volume 40, número 1, 2005. pp. 39-49.

BURSZTYN, I.; BARTHOLO, R.; DELAMARO, M. Turismo para quem? Sobre caminhos de desenvolvimento e alternativas para o turismo no Brasil. In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (orgs). *Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e a experiência brasileira*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.



CORIOLOANO, L. N. (Org). *Turismo, Território e Conflitos Imobiliários*. Fortaleza: EdUECE, 2012.

_____. O turismo comunitário no Nordeste brasileiro. In: BARTHOLO, R., SANSOLO, D. G. E BURSZTYN, I. (Orgs). *Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

CRUZ, R.C.A. Desenvolvimento desigual e turismo no Brasil. *Confins* [En ligne], 36|2018, mis en ligne le 02 juillet 2018.

_____. Políticas Públicas de Turismo no Brasil: território usado, território negligenciado. *Geosul*, Florianópolis, v. 20, n. 40, 2005. p. 27-43.

FABRINO, N. H. *Turismo de Base Comunitária: dos conceitos às práticas e das práticas aos conceitos*. (Dissertação de Mestrado). Centro de Desenvolvimento Sustentável. Universidade de Brasília. Brasília, 2013.

IRVING, M. A. Reinventando a Reflexão sobre Turismo de Base Comunitária: inovar é possível? In: BARTHOLO, R.; SANSOLO, D. G.; BURSZTYN, I. (Orgs.). *Turismo de Base Comunitária: diversidade de olhares e experiências brasileiras*. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009.

JAMAL, T. B.; GETZ, D. Collaboration theory and community tourism planning. *Annals of Tourism Research*, Volume 22, Número 1, 1995. pp. 186-204.

MARTINS, R (Org.). *Caderno de Normas da Rede Tucum - Rede Cearense de Turismo Comunitário*. Fortaleza: Instituto Terramar, 2013.

MCDONALD, R.; JOLIFFE, L. Cultural rural tourism: Evidence from Canada. *Annals of Tourism Research*, 30(2), 2003. p. 307-322.

MENDONÇA, C. *et al. Una experiencia de turismo de base comunitaria en El Valle Sagrado, Perú*. Lima: Universidad de Las Palmas de Gran Canaria, 2010.

MINISTÉRIO DO TURISMO. *Chamada Pública MTur nº 001/2008 – Apoio às iniciativas de turismo de base comunitária*. 2008. Disponível em: <http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/convenios_contratos/selecao_projetos/EditaI_Chamada_Pxblica_de_Projetos_0012008.pdf> . Acesso em 01/02/2017.

MITCHELL, J.; MUCKOSY, P. *A misguided quest: community-based tourism in Latin America*. Overseas Development Institute. 2008. Disponível em: <<https://assets.publishing.service.gov.uk/media/57a08bd2e5274a27b2000d9d/tourism-OpPaper.pdf>>. Acesso em 03/05/2020.

PINHEIRO, L. L. Turismo comunitário: alguns apontamentos conceituais. In: X Encontro Nacional de Turismo de Base Local - ENTBL. *Anais...*, João Pessoa, 2007.

REED, M. G. Power relations and community-based tourism planning. *Annals of Tourism Research*, Volume 24, Número 3, 1997. p. 566-591.

SAMPAIO, C. A. C. *Pensando o conceito de turismo comunitário*. Belo Horizonte: ANPTUR, 2008.



SILVA, João Paulo da. *Trajetórias do turismo de base comunitária no Brasil: romantização, conflitos socioespaciais e proposta de avaliação*. (Tese de Doutorado). Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano. Universidade Federal de Pernambuco. 2021.

WEARING, S.; MCDONALD, M. The development of community-based tourism: rethinking the relationship between tour operators and development agents as intermediaries in rural and isolated area communities. *Journal of Sustainable Tourism*, v. 10, n. 3, 2002. p. 191- 206.

Sobre os autores:

João Paulo da Silva

Bacharel em Turismo, Mestre em Desenvolvimento Local pela UFRPE e Doutor em Desenvolvimento Urbano pela UFPE.

Universidade Federal de Pernambuco

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-0551-3983>

E-mail: turismo.joao@gmail.com

Cristina Pereira de Araujo

Professora da Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano e do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Mestre (2004) e Doutora (2011) em Arquitetura e Urbanismo pela Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP).

Universidade Federal de Pernambuco

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-9986-5394>

E-mail: cristina.pereira@ufpe.br

Os autores contribuíram igualmente para a redação do artigo.

